

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SCOTT BURCHILL, *THE NATIONAL INTEREST IN INTERNATIONAL RELATIONS THEORY*

Houndmills, Palgrave Macmillan, 2005, 232 pp.

A originalidade do estudo de Scott Burchill sobre o interesse nacional resulta do seu objectivo expresso, que consiste em demonstrar como esse conceito se tornou um arcaísmo residual e não tem significado para as teorias modernas das relações internacionais, nomeadamente para as suas escolas progressistas.

O professor australiano tem razão, desde logo, quando insiste na imprecisão do conceito de interesse nacional, o qual se refere sobretudo à maximização da autonomia e à garantia da segurança do Estado – a velha *raison d'Etat* continua mais próxima do essencial do que a versão novecentista. Tem menos quando quer apresentar as escolas realistas como reacionárias, por contraposição à «Escola Inglesa», que combina a defesa dos interesses do Estado com a responsabilidade internacional: as escolas realistas não são dogmáticas, nem recusam a relevância

política do racionalismo e do idealismo nas relações internacionais, e é uma caricatura contrapor um realismo cru e autoritário a uma Escola Inglesa decente e liberal.

Scott Burchill compensa esses excessos com a sua capacidade para expor com rigor os temas principais das escolas da teoria das relações internacionais. O seu trabalho não é uma revisão da literatura especializada sobre o interesse nacional e concentra-se na abordagem desse tema pelos realistas, pelos liberais e pela terceira via anglo-saxónica, bem como pelos marxistas, pelos anarquistas – estranhamente acoplados aos marxistas... – e pelos construtivistas. A maior parte dessas correntes é radicalmente contra o Estado e, por isso, não desenvolve muito a problemática do interesse nacional. A excepção interessante são os construtivistas que estudam o interesse nacional quer como uma política do Estado, quer como uma política nacional, inseparável da identidade nacional e da sua evolução, recuperando a dimensão interna na definição das políticas externas do Estado, um pouco soterrada pela expansão dos neo-realistas.

Talvez por aí se regresses ao princípio, à definição de Thomas Hobbes, que compreendeu bem que a origem do Estado é a vontade dos homens. Nesse sentido inicial, o interesse, ou a vontade da comunidade política é indissociável da própria existência dos estados modernos.

IAN CLARK, LEGITIMACY IN INTERNATIONAL SOCIETY

Londres, Oxford University Press, 2005, 278 pp.

Max Weber ensina que o trabalho da política é transformar o poder em autoridade. Essa metamorfose exige a institucionalização de um modelo de ordenamento reconhecido como legítimo pelas partes – indivíduos, classes ou estados, no caso do sistema internacional.

A legitimidade é, justamente, o tema do último livro de Ian Clark, depois do seu ensaio sobre a ordem internacional do pós-Guerra Fria. O conceito de legitimidade merece uma dupla abordagem histórica e política, centrada em dois temas: quais são os princípios da legitimidade internacional e quais são os membros legítimos da sociedade internacional. Na primeira parte, seguindo Guglielmo Ferrero, Ian Clark insere a construção dos sucessivos princípios de legitimidade internacional, desde os tratados da Vestefália e de Utreque até ao *dual settlement* bipolar e ocidental de 1945, no seu contexto diplomático próprio. Na segunda parte procura responder às mesmas questões no ciclo iniciado com o fim da Guerra Fria, quando aparece uma possibilidade real de ultrapassar a «sociedade bifurcada» do regime bipolar que «per-

mite à sociedade internacional retomar o seu caminho para a unidade».

No pós-Guerra Fria, os estados legítimos são as democracias liberais, o que cria um problema de integração do conjunto dos estados e uma divisão internacional complexa. Essa divisão torna-se ainda mais complicada com as intervenções internacionais que visam estabelecer a democracia pela força, no Kosovo ou no Iraque: como conciliar a imposição da comunidade internacional com o princípio da legitimação interna próprio de uma sociedade democrática? Paralelamente, desde o fim do regime bipolar, os Estados Unidos ainda não conseguiram fazer aceitar a sua hegemonia como o princípio de legitimidade da ordem do pós-Guerra Fria. A ausência de consenso entre o conjunto das principais potências, a falta de capacidade de compromisso por parte dos Estados Unidos e a forte oposição à intervenção norte-americana no Iraque têm adiado o reconhecimento internacional da unipolaridade como um «justo desequilíbrio».

STEVEN LOBELL, THE CHALLENGE OF HEGEMONY. GRAND STRATEGY, TRADE, AND DOMESTIC POLITICS

Ann Arbor, University of Michigan Press, 2005, 256 pp.

A escola moderna dos estudos estratégicos procura aliar a solidez das construções teóricas com a erudição histórica, pelo menos na apresentação dos *case studies* indispensáveis para pôr à prova hipóteses inovadoras.

Steven Lobell é um exemplo impecável dessa escola. A sua problemática é o declínio da potência hegemónica e o seu modelo

de análise procura simular a interação estratégica entre a competição internacional e os alinhamentos internos que determinam a escolha das estratégias das grandes potências. A sua hipótese é clara: se a potência hegemónica enfrenta rivais liberais, essa disputa fortalece as coligações internas – banqueiros, industriais exportadores, serviços financeiros, burocracias modernizadoras – as quais, por sua vez, favorecem as estratégias de cooperação internacional; se tem pela frente adversários imperiais, essa ameaça reforça os defensores internos do nacionalismo económico – militares, industriais incompetentes, mão-de-obra desqualificada, burocracias coloniais e proteccionistas, correntes imperialistas – que costumam ser a favor de estratégias ofensivas de punição. A sua conclusão é pertinente: as potências hegemónicas que conseguem adiar o seu declínio – a Grã-Bretanha em 1898-1912 – são as que conseguem opor estratégias de firmeza aos inimigos imperiais e responder com estratégias de cooperação aos rivais liberais. Os problemas surgem quando coligações internas rígidas impõem as estratégias erradas e promovem a punição dos rivais liberais – a Espanha em 1621-1640 – ou procuram cooperar com as ameaças imperialistas – a Grã-Bretanha em 1932-1939: em ambos os casos, os erros aceleraram o declínio das duas potências hegemónicas. A tese tem implicações para a política dos Estados Unidos e põe em causa os critérios geopolíticos que têm prevalecido na definição das suas estratégias. Para antecipar os riscos de declínio, a estratégia norte-americana devia devolver poder à Alemanha e ao Japão, incluindo responsa-

bilidades estratégicas e militares regionais e, paralelamente, preparar-se para conter os adversários imperiais, como a China, assegurando que detém os recursos indispensáveis para consolidar a sua segurança nacional e as capacidades necessárias para preencher as suas obrigações estratégicas na Ásia Oriental e no Médio Oriente.

**SERGE AUDIER, RAYMOND ARON.
LA DÉMOCRATIE CONFLICTUELLE**

Paris, Editions Michalon, 2005, 124 pp.

Raymond Aron é um dos raros personagens do século XX que merece a designação de intelectual, não num sentido sociológico, mas de acordo com as exigências impostas por uma definição rigorosa que manda cumprir a regra humanista, incluindo uma distância bem marcada perante o poder.

Um intelectual também deve ser um negador. Contra a corrente, Raymond Aron nunca deixou de se opor aos intelectuais que queriam acima de tudo ser revolucionários, nem de perseguir, pela palavra e pela ironia, os «terríveis simplificadores» que queriam reconstruir o mundo, à custa de milhões de mortos. Pela sua parte, Raymond Aron, como filósofo e como cidadão, foi um defensor constante da liberdade nacional e da democracia liberal e, em ambos os casos e nesses dois sentidos, um liberal que nunca desistiu de lutar contra as tiranias. É nessa pose que Serge Audier lhe faz um retrato interessante, que começa com as referências dos seus mestres, republicanos e socialistas liberais, e continua nas leituras sucessivas de Montesquieu e de Tocqueville, de Comte e de

Marx, bem como de Maquiavel e de Weber, até à crítica sistemática dos regimes totalitários do seu tempo. Serge Audier sublinha também, e muito bem, a importância de James Burnham na sua visão da sociedade moderna como uma democracia conflitual, não só pelo jogo plural dos interesses, das classes ou das ideologias, mas, mais profundamente, na definição do regime político que procura tirar partido dos vícios e do egoísmo dos homens para defender o bem da cidade: «o problema da democracia é organizar a concorrência de tal modo que a ambição dos homens se torne útil para a comunidade».

Nesse sentido, mais do que um «liberal crítico» ou um «liberal realista», segundo a dicotomia de Serge Audier, Raymond Aron é um liberal conservador, que não rejeita nem as teses elitistas, nem a tendência para a igualização que determina, segundo Tocqueville, o tempo histórico da democratização. O intelectual que recusa todos os determinismos, incluindo o «optimismo catastrófico» dos marxistas, é ainda um homem de fé, no sentido em que nunca deixou de acreditar na vitória da liberdade contra os despotismos.

■ CARLOS GASPAR

MÉDIO ORIENTE

OLIVIER ROY, *GLOBALIZED ISLAM: THE SEARCH FOR A NEW UMMAH*

Nova York, Columbia University Press, 2004, 349 pp.

O fenómeno do fundamentalismo islâmico é hoje global. Tal como demonstram os atentados em Nova York, Madrid e Londres, os actos terroristas perpetrados por radicais, em nome do Islão, não se resumem ao Médio Oriente ou a países de maioria muçulmana. Ao mesmo tempo, a comunidade de crentes do Islão (*Umma*), espalhada por todo o mundo, vai muito para além dos fundamentalistas. O Islão é assim caracterizado por uma multiplicidade de comportamentos, em cuja análise se baseia a obra de Olivier Roy, *Globalized Islam*.

Neste livro, o autor procura articular três conceitos fundamentais: Islão, Globalização e Ocidentalização. Ou seja, pretende

analisar a forma como o Islão, nas suas diversas vertentes (religiosa, política, social e cultural), tem sido influenciado pela globalização, nomeadamente através da exportação para a *Umma* de elementos caracterizadores das sociedades ocidentais. Paralelamente, existe o importante fenómeno das migrações, que origina a presença de comunidades muçulmanas um pouco por todo o Ocidente. Nas palavras do autor trata-se da «desterritorialização do Islão».

Segundo Olivier Roy, não faz sentido às comunidades muçulmanas no Ocidente, que constituem uma minoria no seio das sociedades em que estão inseridas, lutar pela constituição de um Estado islâmico, pelo que o revivalismo religioso, a adopção de uma concepção conservadora da *Sharia* (lei islâmica) se tem revelado mais apelativa, em particular entre as gerações mais jovens. Este «neofundamentalismo»

islâmico surge, em parte, como reacção a uma «crise da autoridade social da religião» e leva a uma interpretação cada vez mais tradicional do Alcorão. Roy argumenta que este «neofundamentalismo» é característico da diáspora muçulmana, já que resulta de um esforço de afirmação de uma identidade própria, por oposição a um contexto não-islâmico. «A questão fundamental não é o que o Alcorão realmente diz, mas sim o que os muçulmanos dizem que está no Alcorão», observa o autor.

Ao longo da obra, Olivier Roy analisa questões como a secularização dos estados árabes e a integração política de movimentos islamitas, bem como as redes terroristas transnacionais, como a Al-Qaida, que considera serem uma consequência da denominada «desterritorialização» do Islão. No desenvolvimento destas redes têm-se revelado fundamentais os instrumentos disponibilizados pela globalização – como os *media* e a Internet –, que aliás o autor utiliza como suporte quantitativo à sua investigação. Roy conclui que, desta forma, o fundamentalismo se torna, em simultâneo, um produto e um agente da globalização, já que utiliza os recursos que o mundo global coloca à sua disposição (comunicações, fluxos financeiros, etc.) e responde com a afirmação de uma identidade cada vez mais conservadora e radical.

Esta obra de Olivier Roy, originalmente publicada em 2002 com o título *Islam Mondialisé*, foi editada em 2004 numa versão inglesa, revista e actualizada. A qualidade da análise, a informação

recolhida e a actualidade do debate tornam *Globalized Islam* um livro fundamental para a compreensão do fenómeno do fundamentalismo islâmico no mundo moderno.

FRED HALLIDAY, THE MIDDLE EAST IN INTERNATIONAL RELATIONS – POWER, POLITICS AND IDEOLOGY

Nova York, Cambridge University Press, 2005, 374 pp.

O Médio Oriente apresenta-se como uma das regiões-chave no xadrez geopolítico contemporâneo. Afectada por sucessivos conflitos, alvo de constantes intervenções externas e fonte de importantes recursos energéticos, esta região tem atraído a atenção de investigadores de várias áreas do conhecimento. Contudo, tem sido difícil definir uma agenda de investigação para o Médio Oriente baseada num quadro teórico sólido e numa clara definição das questões epistemológicas.

Com a obra *The Middle East in International Relations – Power, Politics and Ideology*, Fred Halliday, professor na London School of Economics, proporciona-nos uma introdução às relações internacionais e ao contexto político do Médio Oriente, considerando que o verdadeiro desafio que se coloca aos investigadores não é apenas antecipar os futuros desenvolvimentos na região, mas, também, compreender o passado. Desta forma, Halliday adopta uma perspectiva historicista para o estudo do Médio Oriente, baseada em alguns conceitos característicos das Relações Internacionais e da sociologia histórica.

Fred Halliday argumenta que, em especial no caso do Médio Oriente, é muitas vezes difícil separar a análise da simples opinião, sendo esta muitas vezes marcada por «preconceitos e mitos regionais endógenos». Considera ainda que, em diversas situações, os investigadores, em especial após o final da Guerra Fria, foram seduzidos por questões imediatistas, esquecendo os precedentes históricos – o que está na origem de «argumentos absurdos como o *Fim da História*, o *Choque de Civilizações*, a *Nova Ordem Mundial*, a *Paz Democrática*, já para não falar na *Jihad Global*, só para citar alguns». Da mesma forma, Halliday critica o que caracteriza de «narcisismo regional», ou seja, o exagero das particularidades e factores distintivos da história do Médio Oriente.

Para além da observação das determinantes históricas, o autor analisa o actual contexto político no Médio Oriente, nomeadamente os conflitos militares, as ideologias políticas e religiosas, os movimentos transnacionais – que, cada vez mais, se apresentam como desafios à autoridade do Estado – e o impacto das questões económicas na região.

The Middle East in International Relations – Power, Politics and Ideology apresenta-se pois como uma clara e estruturada introdução ao estudo das questões do Médio Oriente. Para além de analisar as questões históricas e políticas fundamentais à compreensão dos conflitos na região, oferece uma série de indicações bibliográficas indispensáveis a todos aqueles que pretendem conhecer de forma mais aprofundada o Médio Oriente.

LOUISE FAWCETT (ED.), INTERNATIONAL RELATIONS OF THE MIDDLE EAST

Nova York, Oxford University Press, 2005, 356 pp.

A pesar do considerável volume de trabalhos académicos que versam sobre o Médio Oriente, poucos são aqueles que reúnem numa mesma análise uma perspectiva integrada e multidisciplinar do sistema de relações na região, nomeadamente ao nível histórico, político, económico e cultural. Este é o traço distintivo da obra *International Relations of the Middle East*, que conta com a contribuição de catorze autores de diferentes origens nacionais e áreas de investigação, e apresenta um panorama global das principais questões estratégicas e actores que influenciam o desenvolvimento do Médio Oriente moderno.

Este livro, que surge na sequência de um debate suscitado pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, tem como principal objectivo proporcionar ao leitor um ponto de partida para a compreensão das diversas questões que compõem e determinam a geopolítica do Médio Oriente. Apesar de não apresentar uma análise detalhada de cada uma das matérias, o que seria incompatível com uma obra desta natureza, *International Relations of the Middle East* trata os principais temas através de capítulos autónomos, aconselhando uma série de leituras suplementares destinadas a um aprofundamento da investigação.

À semelhança da maioria das obras de carácter introdutório, a primeira parte do livro é dedicada a uma análise dos factos históricos que marcaram o século XX no Médio Oriente, primeiro através da defini-

ção do actual sistema de estados – resultado do período de domínio colonial –, e depois face à influência de forças externas, durante e após a Guerra Fria. A segunda parte é dedicada às grandes questões políticas e económicas, nomeadamente a relação entre o petróleo e as estratégias nacionais, o impacto da globalização na economia regional, as reformas políticas e a sua relação com as questões identitárias, as alianças regionais e questões de segurança. Na última parte da obra são analisados os actores e questões centrais no

quadro geopolítico regional, nomeadamente o conflito israelo-árabe e as relações da Europa e Estados Unidos com os países do Médio Oriente e do Golfo.

Mais do que apresentar um argumento central ou uma conclusão unificada, o livro *International Relations of the Middle East* apresenta-se como um interessante guia de iniciação aos estudos do Médio Oriente, especialmente dirigido a estudantes e outros interessados em questões internacionais.

■ ANA SANTOS PINTO

TESTEMUNHOS

ERIC HOBSBAWM, TEMPOS INTERESSANTES. UMA VIDA NO SÉCULO XX
[TRAD. MIGUEL SERRAS PEREIRA]
Porto, Campo das Letras, 2005, 549 pp.

Um velho adágio chinês («Que possas viver em tempos interessantes») deu o mote a Eric Hobsbawm para escrever as suas memórias. Como o próprio nota, *Tempos Interessantes* pode ser lido como o «lado B» d'A *Era dos Extremos* (1994), a sua celebrada narrativa do «curto século XX». O resultado final é fascinante. O cosmopolitismo, a erudição e a insaciável curiosidade do autor transformam o livro, escrito no registo que os antropólogos designam de «observador participante», numa notável digressão pelo século de todos os paradoxos. Os capítulos de abertura, dedicados à sua infância em Viena e adolescência em Berlim, oferecem-nos um testemunho comovente das incertezas e ansiedades vividas por uma família da

pequena burguesia judaica da Europa Central. Os últimos dias da República de Weimar, as eleições que trouxeram Hitler ao poder e as manifestações da violência das SA, são evocados por Hobsbawm como os acontecimentos capitais na formação da sua consciência política e da sua adesão ao Partido Comunista Alemão. Órfão de pai e mãe desde os 14 anos, Hobsbawm terá encontrado na férrea disciplina partidária a segurança e o sentido de pertença que as vicissitudes dramáticas da sua vida familiar lhe haviam roubado. Aliás, só essa intensa lealdade emocional poderá explicar a complacência com que ao longo do livro se refere aos fracassos e crimes da aventura comunista. Os seus remos aos intelectuais que romperam com o marxismo-leninismo, e as suas lamentações pelo «sonho adiado» de Outubro, são justificados como expressões da sua teimosia e orgulho (uma forma de se vingar dos preconceitos anti-comunistas que lhe barraram a entrada

numa das duas universidades de elite do Reino Unido), mas esta não seria a ocasião certa para Hobsbawm ajustar contas com o passado?

Um comunista romântico, Hobsbawm revela-se também um elitista razoavelmente empedernido. A sua relação complicada com os Estados Unidos e com a própria democracia ocidental ilustra-o na perfeição. Em relação aos primeiros, a sua paixão pelo jazz e pela cidade de Nova York nunca foi suficiente para superar o sentimento de estranheza que sempre sentiu em relação à cultura americana, ou o temor que as ambições hegemónicas da única superpotência lhe inspiram. Quanto à democracia, os resultados das «revoluções conservadoras» lideradas por Reagan e Thatcher nos anos 80 deixaram-no mais do que céptico em relação à possibilidade das injustiças geradas pelo mercado livre serem corrigidas pelo debate informado e pela competição eleitoral. Mas o leitor que consiga abstrair-se destas idiossincrasias facilmente se reconciliará com o enorme talento e imaginação que Hobsbawm exhibe em mais esta cativante obra. Afinal de contas, que outro autor marxista poderia ostentar na capa um hiperbólico elogio («o nosso maior historiador vivo») da «insuspeita» revista *Spectator*?

SEBASTIAN HAFFNER, HISTÓRIA DE UM ALEMÃO. MEMÓRIAS 1914-1933

[TRAD. MARIA EMÍLIA FERROS MOURA]

Lisboa, Dom Quixote, 2005, 250 pp.

Na Berlim de 1933, é possível que os caminhos de Eric Hobsbawm se tivessem cruzado com os de Raimund

Pretzel (1907-1999), um jovem juiz estagiário que anos mais tarde, no exílio em Londres, adoptará o pseudónimo de Sebastian Haffner.

Desconhecido do público português, Haffner foi um dos grandes jornalistas e ensaístas alemães do século XX. Durante a II Guerra Mundial, trabalhou em Inglaterra para o semanário *Observer* e, graças à publicação de *Alemanha: Jeckyl & Hyde* (1940), tornou-se um dos comentadores mais respeitados sobre o regime nazi. De regresso ao seu país natal em 1954, passou a colaborar com a revista *Stern* e, mais tarde, com o diário liberal *Die Welt*. Paralelamente, desenvolveu uma carreira como historiador (ou ensaísta histórico, já que nunca teve uma educação formal como historiador), onde se destacam uma curta biografia de Churchill e os estudos *O Significado de Hitler* (1978) e *De Bismarck a Hitler* (1987).

História de Um Alemão foi publicado a título póstumo na Alemanha em 2001 e rapidamente saltou para as listas de *best-sellers*, vendendo mais de um milhão de exemplares. Por nunca se ter sentido inteiramente satisfeito com a qualidade da prosa, Haffner foi adiando a hipótese de dar à estampa a versão integral destas suas memórias dos anos de Weimar e da chegada ao poder dos nazis (alguns excertos foram todavia publicados na revista *Stern* nos anos 80). Após a sua morte, porém, a descoberta casual de um capítulo dado como perdido, animou o seu filho, Oliver Pretzel, a «trair» essa decisão. Em anos recentes, este é o segundo testemunho autobiográfico que aborda a vida quotidiana na Alemanha dos primórdios do

III Reich (o outro são os comoventes diários de Victor Klemperer, um professor universitário judeu que sobreviveu à política genocida do regime hitleriano graças a um casamento com uma «ariana»). Redigido em 1939, o depoimento de Haffner é tão profético em relação à barbárie nazi que vários críticos sugeriram que o seu filho poderia ter reescrito algumas partes (uma acusação não confirmada por várias peritagens ao manuscrito original). Para além de uma análise penetrante dos factores que ditaram o malogro de Weimar, Haffner é especialmente convincente no diagnóstico que traça da atitude simultaneamente complacente e oportunista das classes médias alemãs diante da ascensão do nacional-socialismo. De forma subtil, este livro mostra-nos como uma combinação de apatia, instinto de sobrevivência, mas também carreirismo, foi afinal bem mais decisiva na adesão de muitos alemães ao nazismo do que quaisquer motivações de carácter ideológico.

**MARIA MANUELA CRUZEIRO,
MELO ANTUNES. O SONHADOR
PRAGMÁTICO**

Lisboa, Editorial Notícias, 2004, 350 pp.

Salvo algumas notáveis excepções, Portugal continua a ser um país mal servido pela veia memorialística dos seus governantes e figuras públicas, pelo menos quando comparado com o que sucede noutras paragens. A história oral pode ser uma boa maneira de resgatar do esquecimento futuro a acção e o pensamento de algumas personalidades mar-

cantes da nossa história recente. Ernesto Melo Antunes, o ideólogo do MFA e do «Grupo dos Nove», era conhecido como uma figura reservada, austera e muito relutante em expor-se publicamente. Juntamente com uma entrevista concedida a Maria João Avillez em 1994, este depoimento concedido à investigadora do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Maria Manuela Cruzeiro, constitui um dos raros documentos que no futuro poderá servir de base para uma biografia desta personalidade quase enigmática. O aspecto mais meritório deste testemunho reside porventura no facto de o entrevistado ter conseguido resistir à tentação de adulterar o sentido de algumas das suas opções mais controversas com vista a posicionar-se no «lado certo» da história. Muito influenciado pelos teóricos marxistas dos anos 60, Melo Antunes assume sem rodeios a sua preferência por uma «terceira via» entre o modelo comunista de matriz soviética e o modelo social-democrata reclamado pelos partidos do centro-esquerda e centro-direita. Como o próprio afirma, a sua referência internacional era a *deuxième gauche* associada ao dirigente socialista francês, Michel Rocard, a qual preconizava um papel muito mais interventivo do Estado (na esfera económica), do que aquilo que era geralmente admitido pelo «consenso social-democrata» da Europa ocidental. A radicalização da Revolução na sequência do 11 de Março, e o anárquico processo de nacionalizações que se lhe seguiu, acabaria por ditar a falência dessa estratégia, que teve no chamado

«Plano Melo Antunes» o seu documento de referência.

Os equilíbrios de forças foram-lhe mais favoráveis no dossier da descolonização, embora aqui os resultados tenham sido igualmente decepcionantes. A ausência de apoio popular para qualquer política que implicasse uma continuação da presença militar em África permitiu-lhe avançar rapidamente com a descolonização, por ele vista como crucial para a consolidação das «conquistas revolucionárias» em Portugal. Contra a linha spinolista de uma descolonização gradual e assente em referendos de autodeterminação, Melo Antunes impôs com relativa facilidade a sua estratégia de negociações directas com os movimentos de libertação africanos. Melo Antunes reconhece ter subestimado a má-fé e a ganância dos líderes angolanos, e classifica o Acordo do Alvor como um «erro crasso», mas é pena que a entrevistadora não tenha sido mais incisiva no tipo de questões que lhe colocou em relação aos antecedentes do acordo (o favorecimento do MPLA durante o consulado de Rosa Coutinho em Luanda, por exemplo, é assunto que mal chega a ser a florado...). Uma entrevista deste género não podia, por razões óbvias, transformar-se num desagradável interrogatório forense; todavia, as percepções e as escolhas de Melo Antunes em matéria de descolonização pediam um escrutínio mais cerrado do que aquele que encontramos neste livro (e isto já para não falar da quase omissão de temas como o de Timor). A ausência de um índice onomástico e temático é também de lamentar.

ÁLVARO VASCONCELOS, CONVERSAS COM JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES

Lisboa, Bizâncio, 2005, 182 pp.

Falecido em Dezembro do ano passado, José Calvet de Magalhães era uma espécie de arquivo vivo da diplomacia portuguesa. Quando entrou para o MNE em 1941, a II Guerra Mundial estava no auge e uma das suas primeiras tarefas consistiu em levar os telegramas da cifra ao gabinete de Salazar, em São Bento. No Palácio das Necessidades acompanhou de perto as manobras mais dramáticas que a diplomacia portuguesa teve de realizar para preservar o estatuto de neutralidade adoptado em 1939. Fez o seu tirocínio sob a supervisão de Teixeira de Sampaio, o lendário secretário-geral do MNE, e aprendeu a admirar a frieza de Salazar. Depois da guerra, andou pela China, onde assistiu à chegada de Mao ao poder, em Paris acompanhou os primeiros passos da NATO e, na mesma cidade, foi um observador atento do desenvolvimento da integração europeia. Juntamente com Ruy Teixeira Guerra, tornou-se um dos diplomatas portugueses com maiores responsabilidades na nossa aproximação à Europa, trabalhando de muito perto com Correia de Oliveira, o artífice do surpreendente ingresso português na EFTA (1959).

Com Caetano, torna-se o diplomata mais influente no MNE, primeiro como director-geral dos Assuntos Económicos e depois (1971) como secretário-geral, cargo que manterá a seguir à Revolução por indicação de Mário Soares. Termina a carreira como embaixador no Vaticano (onde negocia a revisão da Concordata), em 1980, mas três anos depois o então ministro Jaime Gama

ainda o chamará para conduzir as negociações com vista à renegociação do acordo das Lajes com os EUA.

A par de uma meritória obra repartida entre a história diplomática e as biografias de figuras maiores da nossa literatura (Garrett, Eça, Antero), Calvet de Magalhães interveio também regularmente no debate público sobre questões de política externa, procurando sempre contrariar as tentações isolacionistas e nacionalistas que regularmente afloram entre nós. O livro agora dado à estampa reproduz uma série de conversas mantidas nos últimos anos da sua vida com Álvaro Vasconcelos, director do IEEI e um seu amigo de

longa data. É uma espécie de complemento ao seu divertido livro de reminiscências, *Diplomacia: Doce e Amarga* (2002), mas mais centrado na sua própria figura e nas impressões que colheu dos políticos que serviu e dos eventos que presenciou. Embora muitos temas merecessem um maior aprofundamento (a sua passagem pela Santa Sé, a diplomacia da descolonização e da revolução, por exemplo), este é um testemunho valioso para os estudiosos da política externa portuguesa e, acima de tudo, uma boa introdução à obra e ao pensamento de um dos seus mais notáveis intérpretes.

■ **PEDRO AIRES OLIVEIRA**